

E-book



E-commerce: conformidade legal do comércio e loja online

Elaborado de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei do E-commerce, LGPD, Marco Civil da Internet, etc

www.padula.adv.br
✉ contato@padula.adv.br
☎ (+55 11) 98022 4004

Conformidade legal do E-commerce

Ao comercializar online produtos e serviços, todo(a) empreendedor(a) deve observar, além da legislação própria do ramo de sua atividade, as seguintes leis:

- Decreto nº 7.962/13;
- O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18);
- O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/02);
- Lei da Transparência (Lei nº 12.741/12).

Esse e-book traz uma breve abordagem sobre alguns aspectos importantes a serem observados de acordo com a legislação mencionada.

Lei do e-commerce Decreto nº 7.962/13

1. Constar no site da empresa o número do CNPJ, endereço físico e eletrônico para contato;
2. Constar informação clara e precisa a respeito dos produtos anunciados, forma de pagamento e prazo de entrega;
3. Constar o sumário da compra ao consumidor;
4. Propiciar meios de cancelamento da compra também *online*;
5. Possibilitar a primeira devolução do produto e arcar com os custos, por arrependimento (dentro de 7 dias do recebimento) ou por defeito;

Código de Defesa do Consumidor

1. Elaborar e Disponibilizar: Termos e Condições de Uso da plataforma online, com informações claras e precisas sobre os serviços e produtos;
2. Elaborar e Disponibilizar: Políticas de Troca e Devolução de Produtos;
3. Criar e Disponibilizar: Regulamento contendo todas as condições a respeito de eventuais promoções;
4. Obter autorização, Criar e Disponibilizar: Regulamento contendo o número, condições e regras claras a respeito de promoções envolvendo distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada;
5. Responder: em conjunto com o fabricante por eventual defeito do produto;
6. Aceitar a devolução por arrependimento.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Lei nº 13.709/18

1. Criar e Disponibilizar de forma visível e acessível no site: Política de Privacidade elaborada de acordo com as peculiaridades do negócio, permitindo que o consumidor tenha acesso a todas as informações sobre o tratamento de seus dados pessoais;
2. Nomear e Indicar no site: o nome do Agente Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), assim como o contato;
3. Elaborar (uso interno): Política de Proteção de Dados e Relatórios periódicos documentando todos os tratamentos e solicitações envolvendo dados pessoais.

Marco Civil da Internet

1. Como provedor de conteúdo ou aplicação na internet, deverá manter os dados de IP dos usuários que acessarem ao site pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses.

Lei da Transparência Lei nº 12.741/12

1. Divulgar o valor estimado de imposto pago no ato da compra direto no cupom fiscal, permitindo que o consumidor tenha toda a descrição de custo e pagamento;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco.



www.padula.adv.br
✉ contato@padula.adv.br
☎ (+55 11) 98022 4004